

Pragmatismo responsável

O principal produto do terceiro-mundismo tupiniquim no plano diplomático — o Itamaraty foi sempre a grande fonte alimentadora da "ideologia" terceiro-mundista no Brasil — foi o chamado **pragmatismo responsável**.

Nascida, na prática, com a condecoração do "Che" Guevara pelo presidente Jânio Quadros, essa estratégia diplomática só seria oficialmente batizada com aquele nome, pelo chanceler Azevedo Silveira, no governo do general Geisel.

Esse batismo tornou-se necessário uma vez que o **pragmatismo responsável** nada mais era do que uma política externa francamente antinorte-americana e, portanto, antiocidental, num quadro de guerra fria, a ser praticada por governos militares que justificavam sua origem golpista e seu caráter ditatorial pela necessidade de impedir o domínio do País pelas forças comunistas e afins.

Em outras palavras, os governos militares brasileiros — com a exceção do primeiro, do marechal Castelo Branco — procuravam justificar sua política externa francamente antinorte-americana, obviamente contraditória com sua política interna violentamente anticomunista, apresentando-a como uma atitude pragmática que visava à obtenção de vantagens econômicas a partir de chantagens contra os Estados Unidos e o bloco por ele liderado, que a guerra fria tornava possíveis. As posições do Brasil na ONU e nos demais organismos internacionais dependeriam, essencialmente, de "quem desse mais" entre as duas superpotências que se confrontavam na guerra fria.

Na verdade, porém, tratava-se, apenas, de pôr em prática a política do Brasil potência dos nossos governos militares, que em matéria de antinorte-americanismo nunca foram muito mais lúcidos do que seus inimigos comunistas que, no plano interno, trucidavam com uma eficiência exemplar.

Por isso, o **pragmatismo responsável** foi, antes de mais nada, uma política essencialmente anti-pragmática, fundamentada em preconceitos nacionalistas, cujo resultado prático mais palpável foi a transformação do Iraque no mais privilegiado dos nossos parceiros.

O outro resultado ainda mais negativo daquela política — a antagonização com os países do Primeiro Mundo — nós estamos pagando até hoje, uma vez que, terminado o período dos governos militares, nada mudou na orientação ideológica da nossa diplomacia. Pelo contrário: o governo Sarney, tanto pela atuação do Itamaraty como, de forma mais decisiva, pela atuação do seu ministro da Fazenda, Dílson Funaro, na condução do problema da nossa dívida externa, agravou ainda mais nosso confronto com os Estados Unidos, e com os países ricos, em geral.

Do governo Collor esperava-se um comportamento mais inteligente, ou mais pragmaticamente responsável, por duas razões: primeiro, porque quando ele assumiu o Muro de Berlim já havia desmoronado, a guerra fria já havia ter-

minado e já não havia, portanto, nenhuma razão para que qualquer brasileiro medianamente inteligente e razoavelmente informado alimentasse alguma dúvida — depois que Mikhail Gorbachôv deixou publicamente de alimentá-las — sobre o caminho a ser seguido para aproximar o Brasil do mundo da modernidade e libertar, finalmente, dois terços da população do País da servidão da miséria. Segundo, porque o próprio presidente Collor, em seu tantas vezes citado discurso de posse, mostrou, de forma eloquente, que ele próprio não tinha qualquer dúvida quanto a isso.

Seus atos subseqüentes, no entanto, não confirmaram plenamente as expectativas auspiciosas.

Ao completar um ano de governo, embora reafirmando, em outro discurso, a orientação exposta no discurso de posse, o presidente Collor conseguiu, graças, principalmente, à maneira como a ministra Zélia Cardoso de Mello vem conduzindo a negociação da dívida externa, deteriorar ainda mais a imagem do Brasil, não apenas junto aos credores e ao sistema financeiro internacional mas também junto aos governos dos países do Primeiro Mundo.

Hoje, estamos muito mais distanciados do Primeiro Mundo do que no dia em que o presidente Sarney lhe transmitiu o governo da República, como mostra a inédita crueza com que os países industrializados estão exercendo pressão sobre o Brasil para que conclua um acordo qualquer com os bancos comerciais que são nossos credores, traduzida na decisão do BID de adiar a liberação de um empréstimo de 350 milhões de dólares ao governo brasileiro.

Contra essa decisão do BID o governo protesta, agora, quando a ministra Zélia vai participar da Assembléia Geral do banco, em Nagoya, no Japão, certamente prevenindo-se contra uma possível interpelação pública sobre a atitude do Brasil nas negociações da dívida, durante aquela assembléia.

O governo brasileiro não podia deixar de protestar, embora consciente de que o protesto não terá qualquer efeito sobre uma situação criada ao longo de duas décadas de fustigação quase sistemática daqueles países cuja amizade deveríamos estar cultivando, se fôssemos responsavelmente pragmáticos.

Para modificar essa situação, caracterizada pela crescente irritação dos países ricos com a atitude dos governos brasileiros, o governo Collor terá de começar por se convencer de que os países ricos podem viver perfeitamente bem sem o Brasil, enquanto o Brasil — como acaba de reafirmar o presidente Collor em artigo nos jornais — não pode dispensar a colaboração dos países ricos, se não quiser chegar ao século XXI fazendo parte do Quarto Mundo.

Para que possamos chegar, um dia, ao Primeiro Mundo é preciso, em primeiro lugar, numa atitude pragmaticamente responsável e, sobretudo, inteligente, aceitar as regras que presidem o convívio dos países do Primeiro Mundo.